



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA- LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ANNA JULIA DE SOUZA PALLASS
LARISSA SUYAMMY OLIVEIRA MENDES

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS: A prática docente em uma escola de ensino
fundamental em Itaituba-Pará, em tempos de pandemia.**

Itaituba – PA
2021

ANNA JULIA DE SOUZA PALLASS
LARISSA SUYAMMY OLIVEIRA MENDES

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS: A prática docente em uma escola de ensino
fundamental em Itaituba-Pará, em tempos de pandemia.**

Monografia de Graduação, apresentada à
Faculdade de Itaituba, para obtenção do
título de Licenciada Plena em Pedagogia.
Orientador: Dhemesbraene Soares da
Silva, Esp.

Itaituba – PA
2021

ANNA JULIA DE SOUZA PALLASS
LARISSA SUYAMMY OLIVEIRA MENDES

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS: A prática docente em uma escola de ensino
fundamental em Itaituba-Pará, em tempos de pandemia.**

Monografia de Graduação, apresentada à
Faculdade de Itaituba, para obtenção do
título de Licenciada Plena em Pedagogia.
Orientador: Dhemesbraene Soares da
Silva, Esp.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____ Nota: _____
____ Profº Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

Avaliador: _____ Nota: _____
____ Profº Dr. Francisco Claudio de Sousa Silva

Avaliadora: _____ Nota: _____
____ Prof.^a Edilane da Silva Melo, Esp.

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba-PA, _____ de Abril de 2021

Dedico este trabalho com muito amor e carinho à Deus, por ter concedido força nos momentos difíceis, a nossa família que estimulou sempre com palavras de carinho e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, que nos permitiu chegar até a conclusão dessa graduação, gratas por Ele nunca ter nós abandonado nas horas mais difíceis e por ter concedido nossas conquistas.

Nossa eterna gratidão e reconhecimento às pessoas cuja contribuição tornou se decisiva para realização desse trabalho:

À Faculdade de Itaituba, e todo corpo docente pela oportunidade de fazer o curso.

Ao nosso orientador Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva pelo suporte no pouco de tempo que lhe coube, pelas suas correções e palavras de incentivo que fez com que nós não desistíssemos.

À nossa família que sempre nos apoiou através de oração e palavras de conquistas, e com suas palavras que nos incentivaram a continuar mesmo com inúmeros problemas do cotidiano.

À nossa amizade de longa data que sempre nos ajudamos fortalecendo mais ainda esse vínculo, e esses 4 (quatro) anos de estudos, foram apenas mais uma fase de muitas que estão por vir, essa amizade levaremos para sempre em nossos corações.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram e fizeram parte da nossa formação, o nosso muito obrigada. Até aqui nos ajudou o Senhor.

“Se ignorarmos as necessidades das crianças, aquilo que efetivamente as incentivam a agir, nunca seremos capazes de entender seus avanços evolutivos para outro, porque cada avanço está ligado a uma mudança de motivos, inclinações e incentivos”

VYGOTSKY (1988:31)

RESUMO

No Brasil a educação inclusiva é regulamentada por lei, que define a ideia de que as escolas possam disponibilizar o acesso aos alunos com deficiências ou altas habilidades, no ensino regular. O termo inclusão tem como objetivo, afligir os obstáculos que limitam a participação do discente, oferecendo assim uma aprendizagem. O objetivo dessa pesquisa foi analisar a inclusão dos alunos com necessidades especiais de uma escola Municipal de Itaituba – Pará, além de também verificar se os professores estavam sentindo-se preparados para essa prática. Para a construção da pesquisa foi realizado uma pesquisa bibliográfica. A abordagem metodológica da pesquisa é qualitativa, pois seu foco está no caráter subjetivo do objeto analisado. A coleta de dados foi feita por meio de questionários, entrevistas com professores da escola de Ensino Fundamental São Tomé e a apresentação e análise dos dados se deu por meio de quadros e gráficos. Os resultados obtidos revelaram que os professores têm se qualificado na área, porém quando chega o momento da prática apresenta-se uma instabilidade nesse processo, ou seja, a escola está adaptada para receber estes alunos incluindo o currículo dos professores, mas a prática não condiz com a teoria. As análises dos resultados obtidos permitiram concluir que, a escola dispõe de professores com certificados na área de educação especial, porém na prática, os mesmos têm dificuldade em encontrar qual método melhor para se trabalhar com determinado aluno, mesmo que o setor pedagógico esteja disponível para auxiliar o professor na sua prática.

Palavras-chave: Educação, professor, inclusão.

ABSTRACT

In Brazil, inclusive education is regulated by law, which defines the idea that schools can provide access to students with disabilities or high skills in regular education. The term inclusion aims to afflict the obstacles that limit the participation of the student, thus offering a learning experience. The objective of this research was to analyze the inclusion of students with special needs at a municipal school in Itaituba - Pará, in addition to also checking if the teachers were feeling prepared for this practice. For the construction of the research, a bibliographic research was carried out. The methodological approach of the research is qualitative, as its focus is on the subjective character of the analyzed object. Data collection was carried out through questionnaires, interviews with teachers from the São Tomé Elementary School and the presentation and analysis of the data took place using charts and graphs. The results obtained revealed that teachers have been qualified in the area, however, when the time comes for practice, there is an instability in this process, that is, the school is adapted to receive these students including the teachers' curriculum, but the practice does not match with the theory. The analysis of the results obtained allowed us to conclude that the school has teachers with certificates in the area of special education, but in practice, they have difficulty in finding the best method to work with a particular student, even if the pedagogical sector is available for them.

assist the teacher in his practice.

Keywords: Education, teacher, inclusion

LISTA DE SIGLAS

CENESP - Centro Nacional de Educação Especial

CORDE - Coordenadoria Nacional para a Integração de Pessoa com Deficiência

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB – Lei de Diretrizes e Base

MEC – Ministério da Educação

OMS - Organização Mundial da Saúde

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE - O Plano Nacional de Educacional

UNESCO - Organização das Nações Unidas

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01:	O tempo de serviço na educação?	40
GRÁFICO 02:	Formação?.....	40
GRÁFICO 03:	Na sua concepção, os parâmetros curriculares nacionais junto a sua prática, promovem a inclusão na escola?.....	41
GRÁFICO 04:	Como é avaliada a aprendizagem dos alunos com deficiência?.....	43
GRÁFICO 05:	Você se sente preparado para receber os alunos com necessidades especiais em sala de aula?.....	45
GRÁFICO 06:	Conceitue o assessoramento do setor pedagógico em relação às crianças com necessidades especiais, na elaboração de atividades e recursos pedagógicos.....	45
GRÁFICO 07:	Como você considera sua prática inclusiva diante da pandemia (em relação a adaptação de atividades e aulas remotas).....	46

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 01:** Alunos com deficiência devem ser matriculados de acordo com sua faixa etária ou com o desenvolvimento intelectual?..... 42
- QUADRO 02:** Durante a pandemia, quais foram os desafios dos professores regular da instituição de ensino na qual você trabalha?..... 44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 ABORDAGEM HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	15
1.1 CONCEPÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	15
1.2 O DIREITO PELA EDUCAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÕES.....	19
1.3 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	23
2 OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO DA REDE PÚBLICA.....	26
2.1 O PAPEL DO PROFESSOR REGULAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA..	26
2.2 A PRÁTICA DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	27
2.3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL SEUS AVANÇOS PEDAGÓGICOS.....	31
3 A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: A PRÁTICA DO PROFESSOR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO EM 37 TEMPOS DE PANDEMIA.....	37
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	37
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	38
3.3 RESULTADOS E ANÁLISES.....	39
CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
APÊNDICE.....	52

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo ressaltar o estudo sobre educação especial e a inclusão escolar na rede regular de ensino, apresentar a relação entre o aprendizado da educação inclusiva e especial, destacando assim a importância das leis e as práticas pedagógicas.

Durante todo o trabalho científico buscou o embasamento de estudiosos através da fundamentação teórica em relação aos temas educação especial e a prática docente, esse estudo tem desde a sua origem, legislação, políticas públicas, formação dos profissionais da educação, recursos voltados para o ensino fundamental das séries iniciais.

Falar em inclusão requer certa complexidade, pois é um termo muito abrangente, quando se trata de incluir crianças com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino, essa temática requer muita atenção quando se relaciona as práticas pedagógicas e o acesso dos alunos em tempos de pandemia.

A educação inclusiva e a educação especial têm suas legislações pertinentes da modalidade de ensino, porém, quando se trata de alunos com necessidades especiais o atendimento deve ser diferente de forma que tenha acessibilidade, isso conta desde os recursos pedagógicos, os materiais, estrutura física, profissionais e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem esses são pontos principais que possibilitam o desenvolvimento social junto à instituição e de ensino e da sociedade.

Nas concepções de profissionais da educação o tema inclusão não é novo, porém quando se volta a prática dos professores e da relação com os alunos especiais percebe-se várias problemáticas quanto a adaptação de uma nova forma de educar diferenciada, mesmo que tenha lei para assegurar suas especificidades, os recursos são escassos, e os alunos ditos normais devem ser orientados para conviver com as características dos seus colegas de sala, o que pode alterar o processo de ensino na sala de aula.

Este trabalho que tem como embasamento científico campo de pesquisa muito abrangente e discutido entre os teóricos e os entrevistados da escola da rede municipal de ensino de Itaituba que foram objeto de estudo da temática em referência relacionando as experiências com trabalho da escola pesquisada.

Para a construção desta pesquisa, utilizou o seguinte questionamento: Existem parâmetros curriculares nacionais para se promover a inclusão nas escolas? Alunos com deficiência s devem ser matriculados de acordo com a faixa etária ou com o

desenvolvimento intelectual? Como avalia as aprendizagens dos alunos com deficiências? Quais os desafios dos professores regular da instituição na escola perante o contexto pandêmico da covid-19?

Para a construção da pesquisa foi realizado uma pesquisa bibliográfica sobre o conceito de educação inclusiva, que se apoia em autores como Pietro (2006), Mantoan (2009), Mazzota (1994), Hansel (2014) entre outros que abordam sobre a temática educação especial e inclusão. Além de ressaltar o processo de ensino e aprendizagem de um aluno com deficiência, expondo ainda as práticas de ensino adotadas pelos professores pesquisados.

A abordagem metodológica da pesquisa é qualitativa, pois seu foco está no caráter subjetivo do objeto analisado. A coleta de dados foi feita por meio de questionários, entrevistas com professores da escola de Ensino Fundamental São Tomé e a apresentação e análise dos dados se deu por meio de quadros e gráficos.

Esse estudo está dividido didaticamente em três capítulos. O primeiro descreve todo o processo histórico da educação especial desde os primórdios até à atualidade. O segundo fundamenta os conceitos legislação e políticas públicas descrevendo a educação inclusiva mediante a prática do docente. No terceiro capítulo análise dos dados de estudos através de entrevistas aos docentes da escola pesquisada.

A educação inclusiva dando ênfase aos alunos com necessidades especiais educativos é apresentada na contextualização histórica fazendo uma abordagem educacional e social quanto às práticas pedagógicas dos professores da rede municipal de ensino do ensino regular principalmente em tempos de pandemia.

1 ABORDAGEM HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1.1 CONCEPÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL.

Educação especial é a modalidade de educação escolar para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Essa modalidade percorre toda a educação básica e superior, assim sendo transversal em todos os níveis de educação.

A educação especial, segundo a Lei de Diretrizes e bases da educação nacional-lei 9394/96, é a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos que possuem algum tipo de necessidades especiais. Sendo assim, a educação especial é o ramo da educação voltada para o atendimento às pessoas com deficiências. De preferência, em escolas em que o ambiente seja especializado.

Modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens.
(MAZZOTTA, 1994 p. 11)

Educação especial é o campo da educação que trata de ofertar o ensino para pessoas com deficiências, seja ela, superdotação ou transtornos, é uma modalidade com direcionamento para outros alunos também, que nem sempre tem a oportunidade de acompanhar os conteúdos curriculares da mesma maneira que outros alunos, então essa educação especial atende a necessidade de aprender de um determinado aluno.

As realidades no que se refere à pessoa com deficiência, ainda são desconhecidas da população em geral. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 10% da população mundial é composta de pessoas com algum tipo de deficiência. No Brasil, esse número salta para 14,5% da população nacional, em torno de 27 milhões de brasileiros nos dias de hoje, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), sendo que a maior proporção se encontra no Nordeste (16,8%) e a menor, no Sudeste (13,1%).

O movimento político das pessoas com deficiências ganha maior visibilidade no final da década de 1970 e início da década de 1980. Este movimento trouxe, pela primeira vez, as pessoas com deficiências como protagonistas da sua própria história, como sujeitos políticos ativos. Conforme Lia Crespo:

Até o início do movimento, os deficientes não tinham voz própria. Sobre e no lugar das pessoas deficientes falavam as entidades prestadoras de serviços para deficientes, às instituições que faziam reabilitação, os políticos, os religiosos, os acadêmicos estudiosos do assunto, enfim, os antigos “porta-vozes”. (BRASIL, 2010, p.131).

O período do século XX ganha destaque por suas conquistas no contexto educacional, no que se refere ao atendimento às pessoas com deficiência. Nessa época a educação ganhou influência de Johann Herinch Pestalozzi, um dos pioneiros da educação como direito de todos, desprezando o elitismo da época, na qual seria trabalhada a autonomia produtiva do homem.

Outras pessoas também tiveram suas contribuições para a educação especial, foram Froebel e Maria Montessori. Froebel desenvolveu uma metodologia de educação especial com materiais e jogos, fazendo com que o ensino fosse significativo. Montessori contribuiu com o método que parte do concreto para o abstrato, pois acreditava que o ensino fosse mais produtivo quando usasse experiências reais, foi então que no século XX surgem as chamadas escolas Montessorianas.

Devido à influência da Medicina na educação das pessoas, o que perdurou até por volta de 1930. As pessoas com deficiências foram consideradas como um problema de saúde pública, e foi então que, em 1903 foi criado o Pavilhão Bourneville, no Rio de Janeiro, como a primeira Escola Especial para Crianças Anormais. Logo após, foi construído um pavilhão para crianças no Hospício de Juquery. A Psicologia e a Pedagogia foram gradualmente ganhando espaço e substituindo a medicina. Porém essas iniciativas aconteciam nos grandes centros, e por esse mesmo motivo, não alcançariam a todos, algumas famílias muitos eram desprezados dos cuidados cabíveis para uma vivência digna. Alguns registros enfatizam o abandono desses deficientes, muitas vezes datados por inúteis, aberrações, castigo entre outras nomenclaturas. No Rio de Janeiro e na Bahia havia as rodas dos expostos onde eram deixados sob os cuidados de religiosos.

Nas décadas de 70 e 80 foram criados os primeiros órgãos fiscais, visando definir uma política para a educação especial no Brasil, com objetivo de coordenar e direcionar a educação especial do país, são esses: Centro Nacional de Educação Especial – CENESP e Coordenadoria Nacional para a Integração de Pessoa com Deficiência – CORDE.

O Plano Nacional Educacional (PNE), Lei nº 10.172/2001, “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva, que garantisse o atendimento à diversidade humana”, a Educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular, garantindo a qualidade e respeitando as adversidades. Inclusão são valores, práticas e atitudes que se traduzem a respeito de diferenças e a forma como se trata pessoas diferentes, assim garantindo, oportunidade a todos.

Em nível internacional destaca-se a Declaração de Salamanca, promovido pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, efetivada pelo Governo Espanhol e pela UNESCO em junho de 1994, na qual foram signatários representantes de cerca de 100 países, inclusive o Brasil, e diversas organizações internacionais. Nessa conferência foi reafirmado o direito pela educação de cada indivíduo, conforme a Declaração dos Direitos Humanos de 1948.

O desenvolvimento de escolas inclusivas que ofereçam serviços a uma grande variedade de alunos [...], esforço eficaz de informação pública para combater o preconceito e criar atitudes informadas e positivas[...]. Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extracurriculares[...]. A Declaração Mundial sobre educação para todos enfatizou a necessidade de uma abordagem centrada na criança objetivando a garantia de uma escolarização bem-sucedida para todas as crianças. A adoção de sistemas mais flexíveis e adaptativos, capazes de mais largamente levar em consideração as diferentes necessidades[...]. O currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças e não vice-versa. Escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a crianças com habilidades e interesses diferentes. Crianças com necessidades especiais deveriam receber apoio instrucional adicional no contexto do currículo regular, e não de um currículo diferente[...]. a avaliação formativa deveria ser incorporada no processo educacional regular no sentido de manter alunos e professores informados do controle da aprendizagem adquirida, bem como no sentido de identificar dificuldades e auxiliar os alunos a supera-las. (DECLARAÇÃO, 1994, p.8).

A partir da Declaração de Salamanca, foram criadas linhas de ações para a Educação Especial, nos marcos do conceito de educação inclusiva, essas linhas

influenciaram o mundo, e a elaboração de políticas públicas quanto as práticas educacionais. A expressão “necessidades especiais” segundo a Declaração de Salamanca tem um caráter abrangente, ou seja, envolve além das pessoas com deficiências como as pessoas que possuem dificuldades na escolarização decorrentes de condições econômicas e socioculturais (UNESCO, 1994).

A educação inclusiva atua na transformação da escola em um espaço de integração entre o ensino regular e especial rompendo a exclusão social. Desta forma, oferece suportes para crianças e jovens que tem dificuldades de aprendizagem por serem portadores de necessidades especiais.

No Brasil começou a surgir as primeiras iniciativas de inclusão na década de 80, por ocasião do Ano Internacional das Pessoas Deficientes no ano de 1981. Outro marco histórico no ano de 1994 e a assinatura da Declaração de Salamanca a favor da inclusão, expandindo – se vários países e também no Brasil.

A Declaração de Salamanca aponta um novo entendimento do papel da escola regular na educação de alunos portadores de necessidades especiais. Ela parte do pressuposto de que as escolas regulares que seguirem a orientação inclusiva que propõe, constituirão um dos recursos mais eficazes de combate a atitudes discriminatórias, criando comunidades integradas, abertas e solidarias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

Um dos maiores desafios na educação inclusiva é a falta de pessoas capacitadas para melhor atender, espaços e materiais disponíveis para atender ao público. Assim, se faz necessário a formação de um docente capacitado, estimulando cursos para professores, promover projetos com flexibilização, valorizando o convívio entre todos e ter tecnologias assistivas.

É preciso que sejam identificadas as concepções de Educação Inclusiva e Educação Especial diferença das duas por mais que sejam parecidas, porém com conceitos diferenciados, no decorrer do tempo a forma de relacionamento ocorreram de maneiras diferentes com as pessoas que possuem alguma deficiência.

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. (Declaração Universal dos Direitos Humanos)

A própria declaração já deixa explícito sobre o direito à liberdade e serem iguais na dignidade. Todos nós temos o direito de ir e vir, seja qual for gênero, raça ou etnia. Todos são iguais perante a lei.

1.2 O DIREITO PELA EDUCAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÕES

Ao apresentar as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), o Ministro da Educação Paulo Renato Souza destacou o fato de que, embora houvesse financiamento público para as instituições especializadas de caráter filantrópico por meio dos convênios de cooperação técnica celebrados entre a administração pública e a instituição, o caráter segregado que está impregnado nas práticas da institucionalização não foi, ainda, superado.

Em todo o mundo, durante muito tempo o diferente foi colocado à margem da educação: o aluno com deficiência, particularmente, era atendido apenas em separado ou então simplesmente excluído do processo educativo, com base em padrões de normalidade; a educação especial, quando existente, também mantinha-se apartada com relação à organização e provisão de serviços educacionais (BRASIL, 2001).

A Constituição Brasileira de 1988, possibilitou assegurar às pessoas com necessidades especiais o direito à educação e o direito de recebê-la, em convívio com os demais alunos nas escolas regulares. Logo após a sociedade brasileira, assumiu compromissos internacionais, legitimou estes direitos em legislações internas pertinentes, como é o caso da Resolução nº 2 CEB/CNE de 2001, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

A visão de educação inclusiva, com base nos princípios do direito de todos à educação e valorização da diversidade humana, fundamenta a política de educação especial que planeja a execução dos sistemas de ensino, a fim de garantir o acesso de todos às escolas comuns de sua região, oportunizando o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

Ao longo dos anos o movimento em prol da inclusão, termo universalmente conhecido está direcionando as políticas, desmobilizando governos e desafiando toda a sociedade. Essa luta busca excluir barreiras que impeçam o acesso e a continuidade dos estudos na escola, essa que atualmente deve ser acessível a todo tipo de aluno, a fim de eliminar todo e qualquer tipo de discriminação e preconceito, respeitando a individualidade de cada um, incluindo os alunos e funcionários da escola. A Secretária de Educação Especial, Claudia Pereira Dutra, em 2004, referindo-se à tendência inclusiva afirmava que:

Assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que está em nossa Constituição desde 1988, mas que ainda não se tornou realidade para milhares de crianças e adolescentes que apresentam necessidades educacionais especiais, vinculadas ou não a deficiências. A falta de apoio a essas necessidades especiais podem fazer com que essas crianças e adolescentes não estejam na escola: muitas vezes as famílias não encontram escolas organizadas para receber a todos e, fazer um bom atendimento, o que é uma forma de discriminar. A falta desse apoio pode também fazer com que essas crianças e adolescentes deixem a escola depois de pouco tempo, ou permaneçam sem progredir para os níveis mais elevados de ensino, o que é uma forma de desigualdade de condições de permanência. [...]. Educação Inclusiva: Direito a Diversidade. Temos por objetivo compartilhar novos conceitos, informações e metodologias – no âmbito da gestão e também da relação pedagógica em todos os estudos brasileiros. (BRASIL, 2004, p.04).

A educação especial se constitui numa modalidade transversal que percorre todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, ou seja, desde a pré-escola até o nível superior. A educação especial é definida por uma proposta pedagógica com o intuito de assegurar recursos e serviços de atendimentos educacionais especializados, organizados institucionalmente para apoiar a educação nas classes comuns, de modo a garantir a escolarização e promovendo o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

As Diretrizes da Política Nacional da Educação Infantil MEC/2004 pondera que: “A educação de crianças com necessidades educacionais especiais deve ser realizada em conjunto com as demais crianças, assegurando-

lhes o atendimento educacional especializado, mediante a avaliação e interação com a família e a comunidade.” (BRASIL, 2004, p. 17). Porém na prática, muitas vezes não se alcança as propostas estabelecidas, sendo assim, as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica CNE/2001 afirma que: “o atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais terá início na educação infantil, nas creches e nas pré-escolas, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado”. (BRASIL, 2001, p.12).

Mediante ao exposto, foram consolidadas importantes iniciativas, mas ainda tem de se fazer mais para que seja efetivada a inclusão de acordo com seus níveis propostos. Desta forma, a inclusão sempre será acompanhada pela acessibilidade, o que torna concreto e capaz de mediar passos para a inclusão, porém, somente as leis são insuficientes para garantir a inclusão, é preciso bem mais, com ações que comecem na comunidade escolar e perpassem todos os níveis idealizados com objetivo de dar acessibilidade e permanência de todos os alunos e principalmente aqueles com necessidades especiais que são assegurados pela Constituição Federal de 1988 a LDB (lei de Diretrizes e Bases).

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Lei N° 8.069 de 1990 tem por objetivo, proteger e cuidar das crianças e adolescentes, afim de garantir oportunidades e melhorias no âmbito social incluindo o acesso à escola, para que seja fornecido o atendimento educacional especializado de preferência na rede regular de ensino.

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, apoia a construção de sistemas de ensino inclusivos com desenvolvimento de políticas públicas de democratização do acesso à educação, de gestão participativa, de formação de professores, de eliminação de obstáculos que impeçam esse acesso dos alunos as práticas pedagógicas, conteúdos atitudinais, físicas e nas comunicações que possibilitem o acesso pleno ao currículo.

O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do Sistema Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros. (HANSEL, ZYCH, GODOY 2014)

Embora seus direitos sejam assegurados na legislação, isso não significa garantia de atendimento educacional que supra as necessidades. Está incluso na escola e na sociedade, no qual seu maior objetivo é necessariamente o pertencimento e, para que isto ocorra, é essencial todo o respeito e a justiça. Contanto que haja o respeito à

diferença e, como sequela disso a equidade de oportunidades se realizará com a adoção de práticas pedagógicas que permitam a todos os alunos possam aprender, ter valorização e reconhecimento de suas capacidades.

A formação educacional habilita a pessoa a estar apta a criar de acordo com sua potencialidade, porém, sem serem julgadas como incapazes. As pessoas com necessidades especiais são julgadas a serem limitados, mas isso não significa que são incapazes, afinal todo o ser humano tem pontos, tanto fortes, como fracos que limita ou facilita na realização de suas atividades, seja ela, cotidiana, profissional ou acadêmica.

Perante a constituição todos tem direito a matrícula no sistema educacional regular de ensino, com ingresso, permanência e término (claro que conforme as possibilidades) nos diferentes níveis de ensino, sempre respeitando o seu tempo de aprendizado.

A Declaração de Salamanca é considerada um documento que estabelece ações inclusivas, tendo como base diretrizes orientadoras da construção da prática relacionando a inclusão com a acessibilidade, tendo como princípio oferecer uma educação de qualidade para todos, proporcionando o direito à cidadania e equidade, na administração das condições escolares. As escolas que atendem ao público alvo da educação inclusiva tendem a ser acolhedoras independente de cada caso, com o intuito de beneficiar os alunos com as adaptações e adequações em que necessitam.

A inclusão educacional propõe um modo novo de interação no contexto socioeducacional, demonstrando o valor das relações, pois só é possível a aprendizagem quando ocorrem interações. A convivência e a interação são importantes desafios, sendo, portanto, necessário conscientizar a população escolar, a fim de que a mesma saiba agir de forma adequada, para encarar a situação. O professor como líder precisa estar atento para a convivência em classe, cuidando para que ele não se torne apenas mais um na sala. Todo aluno precisa sentir-se acolhido e respeitado para assumir seu espaço com segurança e desenvolver sua autoestima, com estímulo a introduzir-se no movimento do cotidiano escolar sendo beneficiado com o processo inclusivo. A escola, como já mencionado, além de abrir suas portas a todos os alunos, também precisa respeitá-los, reconhecendo em seu Projeto Político Pedagógico a questão da inclusão, como valor incomensurável, direcionando, eticamente, a abordagem do trabalho desenvolvido. Os aspectos significativos referentes ao respeito à individualidade, devem ser considerados diferenciadamente, pois cada caso é um caso e precisa ser analisado com atenção.

O compromisso do Estado brasileiro com a Educação Especial foi explicitado, pela primeira vez, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 4.024/1961. A lei determinava

que ao aluno com deficiência deveria ser atendido na "educação regular, dentro do possível", ao mesmo tempo em que garantia apoio financeiro às instituições privadas, desde que credenciadas pelo Conselho Estadual de Educação.

1.3 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL.

O papel do educador é intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, sendo assim, o professor vai reconhecer as dificuldades do aluno, buscando estratégias para conhecer os alunos, observando aqueles que requerem apoios específicos, tanto no seu desenvolvimento como na interação com os demais.

Os futuros professores devem estar preparados para entender as transformações que estão surgindo nos diferentes campos e para ser receptivo e aberto à várias concepções, capazes de adequar suas atuações às necessidades dos alunos, a cada época e contexto.

A lei 9394/96, no que tange a formação do profissional da educação básica far-se-à em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério da educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, oferecida em nível médio a modalidade normal. (BRASIL – LDB 9394/96)

Visto a lei assegurar referente a formação dos educadores, o que na teoria se torna algo concreto, porém na realidade, o professor enfrenta diversas dificuldades ao assumir uma turma de alunos, essas dificuldades poderão ser trabalhadas com a socialização de professores experientes na área podem contribuir para o processo de ensino-aprendizagem dos educandos.

Os autores Pietro & Cartolano, (2006) defendem a ideia de que, os docentes desde a formação, devem saber os princípios da inclusão para que seja eficaz: “Os conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades educativas especiais não podem ser de domínio apenas de alguns “especialistas”, e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, igualmente por todos.

O decreto nº 7.611/2011 não retoma o conceito de educação especial substitutiva à escolarização no ensino regular, mantendo o caráter complementar, suplementar e transversal desta modalidade, ao situá-lo no âmbito dos serviços de apoio à escolarização, em seu art.2º:

A Educação Especial deve garantir os serviços de apoio especializados voltados a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O Conselho Federal de educação, por meio da Câmara de Ensino Básico, veio revigorar a formação dos professores como obrigatórios para a educação inclusiva. Projeto esse que foi homologado em 15 de agosto pelo Ministro da Educação, na qual compõe as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação básica, destacando os seguintes aspectos:

Art. 8º. As escolas de rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I- Professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento as necessidades educacionais dos alunos;

...

VI- Condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores articulando experiências e conhecimento com as necessidades / possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa;

...

Existem duas formas de ingressar nessa área, que é cursando a licenciatura em Educação Especial, e a segunda possibilidade é cursar Pedagogia e depois fazer uma pós-graduação em Educação Especial. É importante que esse profissional seja paciente, tenha dinamismo e flexibilidade.

O profissional de Educação Especial atua em diversas áreas, como públicas, privadas e escolas de Educação Especial, podendo trabalhar em hospitais, centros comunitários ou até mesmo em clínicas de reabilitação.

O papel do educador é, então, o de ajudar o discípulo a caminhar nesse sentido, despertando sua cooperação para que ele consiga por si próprio "iluminar" sua inteligência e sua consciência. Assim, o verdadeiro mestre não é um provedor de conhecimentos, mas alguém que desperta os espíritos. Sócrates. (NOVA ESCOLA, 2008)

Segundo Sócrates, admitir a reciprocidade ao exercer sua função iluminadora, permitindo que os alunos contestem seus argumentos da mesma forma que contesta os argumentos dos alunos. Para o filósofo, só a troca de ideias dá liberdade ao pensamento e a sua expressão – condições imprescindíveis para o aperfeiçoamento do ser humano.

O professor tem a capacidade de compreender e colaborar para uma educação de melhor qualidade na realidade brasileira, comprometidos com a transformação social. O educador desperta funções bem variadas, e com especializações, as possibilidades ampliam-se ainda mais.

2 OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO DA REDE PÚBLICA

2.1 O PAPEL DO PROFESSOR REGULAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Falar sobre o papel do professor vai além da sua graduação, no qual muitas vezes possuir apenas um diploma não te faz professor, por se tratar de educação, alguns profissionais deixam de atuar de forma inclusiva mesmo que tenham várias leis que asseguram aos alunos, o fato de incluir o indivíduo deve ser prático desde a pré-escola, para que haja mudanças, sendo assim, de fato uma sociedade melhor, sem rótulos, sem preconceitos, o que ainda se torna presente na entidade.

Portanto, isso acaba abrangendo a falta de profissionais especializados, a acessibilidade para cadeirantes, falta de recursos, salas e banheiros inadequados, entre outras falhas que existem. A inclusão ainda é algo que está começando a evoluir de maneira lenta e desigual, porém com avanços significativos. Ainda há muito a ser feito para que haja a inclusão supostamente começando desde a capacitação profissional dos professores, pois tem papel de mediadores em suas aulas, e querendo ou não, cada professor deixa suas características explícitas em relação a prática que deve sempre ter ajustes na sua atuação. Portanto, é necessário reorganizar e refletir as práticas dos gestores e de todos os funcionários da instituição.

O professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca (FREIRE, 1996, p. 66).

O autor enfatiza que cada professor deixa sua “marca” de uma forma positiva, ou seja, mesmo sem ser o real objetivo, o professor acaba que incentivando o aluno mais ainda, em certas palavras ou atitudes ampliando a participação dos alunos na rede

regular de ensino. Incluir requer muito mais que rampas de acesso e adaptações estruturais, podem começar nas reflexões de atitudes como pessoa, no caráter de cada um, mantendo o princípio de equidade.

Um dos maiores objetivos da educação inclusiva é garantir um aprendizado de qualidade a todos os alunos na escola, mas para que seja realmente exercida a educação inclusiva deve-se compreender que a formação dos docentes para que seja exemplo para a comunidade escolar como gestores, técnicos, família e os demais profissionais que fazem parte da educação inclusiva.

Entretanto, as lutas que foram vencidas para que a educação inclusiva fosse efetivada na sociedade ainda são poucas, pois ainda existem muitas barreiras nas quais impende o acesso à educação por parte de alguns alunos. Os motivos são as mais variáveis que possamos imaginar às vezes a falta de informações dos pais ou responsáveis, o acesso à escola, a acessibilidade dentro da escola fornecendo condições para a operacionalização de um projeto pedagógico inclusivo, a formação do corpo docente para exercer a modalidade, entre outros diversos fatores que contribuem para esse impedimento que acaba causando um regresso na educação inclusiva.

A inclusão dos alunos deve garantir a eles o acesso à escolaridade através de todas as possibilidades de desenvolvimento que a rede de ensino possa oferecer. O professor através dos PCNs irá adaptar seu conteúdo para melhor aprendizagem dos alunos, uma vez que não tem currículo estabelecido para o aluno da educação especial.

O professor como mediador deverá promover um ensino igualitário e sem desigualdade, já que quando se fala em inclusão, não estamos falando só dos deficientes e sim da escola também, onde a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade. É importante pensar no professor como agente transmissor de conhecimento que respeita as diferenças, e que cada aluno reage de acordo com a sua personalidade, seu estilo de aprendizagem, sua experiência pessoal e profissional, entre outras.

Se o professor acreditar que incluir é destruir barreiras e que ultrapassar as fronteiras é viabilizar a troca no processo de construção do saber e do sentir, ele exercerá seu papel, fundamental, para assegurar a educação inclusiva que todos nós desejamos, semeando assim um futuro que surgirá menos discriminação e mais comunhão de esforços na proposta de integrar e incluir.

2.2 A PRÁTICA DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Falar da prática do professor da educação inclusiva, requer bem mais que um quadro branco e um pincel, é preciso que o professor se adeque as mudanças, buscando sempre investigar e pesquisar sobre as mesmas, para que sua prática seja eficaz. As teorias e práticas adquiridas na graduação é diferente da realidade encontrada nas escolas, e quando se trata de inclusão é bem mais.

Rodrigues (2008) salienta que:

O professor para desenvolver atitudes positivas não pode, como era tradicional, construir sua intervenção baseada no deficit, mas sim, daquilo que o aluno é capaz de fazer para além da dificuldade. Basta imaginar qual seria o futuro acadêmico de um jovem que teve dificuldades, por exemplo, em matemática, visse todo o seu currículo escolar ser referenciado a essa matéria.

Segundo o autor, o professor deve se preparar profissionalmente, pois aquela visão de métodos tradicionais, já é algo ultrapassado, e com os seus conhecimentos pedagógicos diferenciados, os mesmos poderão abordar várias áreas de conhecimento. Assim como Mantoan afirma que:

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 2009, p.120).

Portanto, a educação inclusiva não se encaixa mais na abordagem tradicional, pois a uniformização desse método de ensino foi excluída da sociedade, sendo assim, a educação inclusiva defende o respeito pelas diferenças, tendo como princípio a equidade, ou seja, cada aluno tem seu próprio ritmo de aprender, desde que seja trabalhado sua potencialidade, podendo ser construído dia após dia, com o acompanhamento de todos fatores sociais, desde a família, a escola até o apoio dos governantes.

A educação inclusiva enquanto conceito e proposta institucional teve seus avanços significativos ao longo dos anos 90, provocados por dois movimentos importantes a Conferencia Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, Tailândia, em 1990 e a Conferencia Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, em Salamanca.

No âmbito escolar, a interação propõe que a pessoa é capaz de aprender, dessa forma o aluno com deficiência passa a ser integrado no ensino regular, recebe apoio e recursos que possibilitem ajudar no seu desenvolvimento. A inclusão dentro da instituição

escolar deve se adaptar de acordo com as necessidades dos alunos, atendendo aos princípios da equidade social. A escola não é apenas um lugar de acolhimento ou de passagem, sendo um espaço para receber todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural.

Talvez um dos maiores desafios enfrentados pelos professores na atualidade, é a adaptação de conteúdo para diferentes públicos que ao mesmo tempo são iguais, para os professores esse desafio se torna corriqueiro devido ser algo do dia a dia, deve-se buscar motivar tanto o professor quanto o aluno, para que seja explorada suas habilidades, assim sendo traçado um plano para uma aprendizagem significativa, com métodos variados para que realmente seja alcançado os mesmos. Muitas são as dificuldades encontradas na escola e quando se trata de educação inclusiva não é muito diferente, como toda modalidade tem seus desafios.

A interação professor-aluno é importante para o processo inclusivo, segundo Vygotsky (1994) ao citar sobre interações sociais, o autor deixa explícito sobre a ideia de mediação e da internalização como aspectos fundamentais para a aprendizagem, apontando que a construção do conhecimento ocorre devido a intensa interação entre pessoas. Nota-se que a mediação do professor irá proporcionar um bom desenvolvimento do aluno.

A aprendizagem normal dá-se de forma integrada no aluno (aprendente), no seu pensar, sentir, falar e agir. Quando começam a aparecer 'dissociações de campo' e sabe-se que o sujeito não tem danos orgânicos, pode-se pensar que estão se instalando dificuldades na aprendizagem: algo vai mal no pensar, na sua expressão, no agir sobre o mundo (WEISS, 1999. p.23).

Conforme Weiss, afirma que a aprendizagem depende principalmente da interação assim como foi supracitado, é o professor que vai mediar e ajustar as atividades na escola de acordo com o nível de desenvolvimento de cada aluno, ou seja, se o aluno interage muito bem na sua oratória, o mesmo poderá participar de eventos que se apresente em diversas datas comemorativas, isso prova que os alunos não devem ser avaliados somente na sala de aula e que o mesmo pode ir mais além das suas limitações, também há casos de que o professor não consegue alcançar o aluno, o que acaba culpando por não ter capacidade ou algo do tipo, em contra partida a formação para esse profissional se torna algo mais acessível para o desenvolvimento das suas atividades com os alunos. Nos dias atuais, entendemos que se o aluno não consegue aprender a culpa não é

somente dele, eventualmente pode-se levantar um estudo para analisar o que não funcionou, desta forma será elaborado um planejamento para esse aluno com objetivos e metas a serem alcançadas no decorrer do ano letivo.

Faz-se necessário reflexões a respeito da educação, como vem sendo o processo de inclusão, o ensino, ações pedagógicas e as políticas educacionais, dentre outras.

É claro que, deve-se investir nos professores pedagógicos, na formação do educador, assim garantindo habilidades e qualidades para saber agir em casos específicos de cada aluno com deficiência, seja ele com transtornos de desenvolvimento ou superdotação, por meio de planejamentos, estratégias e métodos de ensino, processos de avaliações que permite acompanhar o desempenho de cada aluno em sala de aula, dentre diversas práticas pedagógicas.

Devemos frisar que o educador não é formado somente da prática, antes disso é essencial a parte das teorias educacionais, a parte teórica é fundamental para o aprimoramento de vários pontos de vista dentro de diversos contextos do cotidiano. Assim, melhorando as formas de trabalhar, tendo novas possibilidades de uma atuação com qualidade, através dessas reflexões surgem as práticas docente com probabilidades de coerência.

A legislação educacional não é inteiramente específica, mas mesmo assim o Brasil segue em busca de meios acordantes corretos, para que as instituições proporcionem o acesso e permanência nas escolas regulares, assim sendo de forma progressista. Existem diversas experiências que um ser humano pode apresentar, cabe ao professor refletir sobre as práticas pedagógicas para promover a educação inclusiva, estimular e favorecer a interação com o meio em que se encontra, recursos especiais, criar ambientes propícios, conseguir alcançar um desenvolvimento compatível com o estágio de vida em que a criança se encontra.

A escola ainda luta para se apropriar de uma concepção mais interacionista, e mais ainda, para entender quais são as possíveis igualdades educacionais para igualar os direitos e oportunidades, no campo escolar. Vale ressaltar que em primeiro lugar é preciso reconhecer, aceitar e compreender a diferença, ao fazê-lo permitir a sua plena participação nas circunstâncias educativas, oferecendo-lhes o máximo de oportunidades, reconhecendo-lhes como sujeitos concretos, porque estão presentes no nosso tempo e na nossa história, práticas culturais vinculadas e, portanto, plenamente capazes de preencher efetivamente a linha de desenvolvimento escolar, sem restrições, embora diferentes.

Carvalho e Maciel (2003) em relação ao conceito de deficiência intelectual, afirmam que as condições intelectuais desses sujeitos devem ser culturalmente demonstradas e qualificadas em suas práticas sociais, ou seja, em suas circunstâncias, até porque interpretação de suas condições e habilidades, depende diretamente das percepções e valores presentes no meio sociocultural.

Tudo isso é importante para que possamos refletir sobre a avaliação pedagógica e escolar, pelo papel que desempenha na definição de estratégias, procedimentos, métodos e recursos educacionais, e ainda, para que possamos distinguir determinadas avaliações.

2.3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL SEUS AVANÇOS PEDAGÓGICOS

Em 1994, tivemos a declaração de Salamanca, que foi um documento elaborado com objetivo de lutar pela inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, propondo que as escolas acolhessem todas as crianças, independentemente de dificuldades ou diferenças que possam ter. Através da Declaração de Salamanca foi inserido em todo o país o direito de educação para todos. A Constituição Federal e a própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de nº 9394/96 fundamentam que todos devem ter oportunidades iguais, assim podendo aprender e desenvolver suas capacidades, habilidades e potencialidades.

A legislação brasileira trouxe avanços em relação à inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais no sistema tradicional de ensino.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Assim sendo, a educação especial é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, Transtornos do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação. Nesse caso, faz-se necessário pensar na capacitação de profissionais envolvidos para atuarem em instituições de ensino, com o objetivo de estimular o aprendizado dos alunos que

possuem esse tipo de deficiência, permitindo que participem de diversas atividades, desta forma trazendo um bom desempenho e melhoria de vida.

Existem algumas dificuldades educacionais específicas na prática, observa-se que as escolas estão construindo práticas pedagógicas para o público voltado à educação especial, para trabalhar a inclusão juntamente com os alunos do ensino regular, para isso, deve-se investir na capacitação aos docentes, para que possam lidar com a diferença em sala de aula, na estrutura das escolas e na melhoria de investimentos de recursos em geral.

É preciso que se tenha uma política abrangente ao ponto de pensar na inclusão como uma ação de toda sociedade que se envolva o poder público. Envolver as famílias no processo educacional é fundamental para que os alunos possam avançar, família e a escola surgem como duas instituições fundamentais para estimular os processos evolutivos das pessoas e podem impulsionar ou inibir seu crescimento físico, intelectual, social, afetivo e espiritual. Portanto deve haver escola e família juntas, mantendo a parceria e um planejamento de como a família e escola possa trabalhar no desenvolvimento da criança, então esse é um papel primordial, para que os alunos tenham direito a educação.

O aluno deve estar inserido na sala de aula junto com todas as crianças, isso com todo direito a ter um professor de apoio e atendimento educacional especializado, mas para isso o professor tem que ter uma formação continuada, que entenda sobre a educação inclusiva e suas adequações curriculares. A educação especial não pode estar isolada dentro da escola, então deve estar presente no projeto político pedagógico da escola e para essa construção é preciso os professores e toda a equipe escolar (funcionários, diretores, apoiadores, etc.), não devemos esquecer o papel da família, que é fundamental para preencher essa lacuna que é a inclusão vivenciada, para que todos possam ter seu próprio espaço em todos os lugares, seja em casa ou no trabalho.

Compreendendo que se faz necessário a formação dos professores e propostas para entender que todos os alunos são diferentes e que alguns tem mais necessidades pedagógicas do que outros, assim para se construir um planejamento a partir das adequações, mas isso só é possível através de uma avaliação inicial para conhecer e saber qual é o ritmo e o potencial de aprendizagem de cada aluno, dependendo do grau de deficiência do mesmo, bem como das suas respostas aos estímulos e ao conteúdo ministrado. Então isso tudo se torna um trabalho coletivo da escola com gestores, coordenadores e os pais.

A PCD (pessoa com deficiência) ainda é vista com olhares preconceituosos perante a sociedade, em diversos espaços que os mesmos precisem frequentar, seja em escolas ou em universidades. Então, as escolas devem estabelecer normas e diretrizes pedagógicas educacionais respeitando cada aluno, de acordo com suas diferenças tendo direito assim como os demais, de participação no contexto escolar.

AEE (Atendimento Educacional Especializado) foi criado em 2008 pela Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, para promover o apoio necessário aos alunos com deficiências especiais, que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. A perspectiva da educação inclusiva, tem um caráter exclusivamente de suporte e apoio à educação regular, através do atendimento à escola, ao professor da classe regular e ao aluno. O AEE oferece Técnicas de orientação e mobilidade, tanto para alunos com superdotação como para o desenvolvimento de alunos com deficiências, seja ela, física, visual, intelectual e etc.

Os serviços de educação especializados – AEE tem função complementar ou de implementar na formação dos alunos e define especificamente que os serviços de educação especial têm a função de identificar, construir e organizar os recursos pedagógicos e as acessibilidades para remover as barreiras à educação, participação plena dos alunos, atendendo as suas necessidades específicas. Além disso, o AEE deve ser fornecido em salas de recursos multifuncionais ou centros de apoio educacional especializado dentro da rede pública ou na comunidade. O plano dos serviços de educação especial será da responsabilidade dos professores que tenham trabalhado em salas de recursos multifuncionais, em conjunto com outros professores do ensino regular, também com a participação da família e em acordo com os demais serviços escolares, conforme previsto no art.9º da Política Nacional de Educação Especial. Além dos recursos citados, também seria necessário se adequar às estruturas físicas das escolas e oferecer as tecnologias assistivas necessárias.

As tecnologias assistivas foram definidas como uma gama de recursos e serviços usados para aumentar a acessibilidade às pessoas com deficiências e para promover sua independência e inclusão. Qualquer tipo de ferramenta, dispositivo ou equipamento que promova maior independência para pessoas com deficiência, podem ser consideradas como TA (Tecnologia Assistivas).

Considerando-se que a sua importância ultrapassa os limites do ambiente escolar, porém são necessários como suporte escolar e de vida para seus usuários, existem diversas divididas conforme o uso, que auxiliam no desenvolvimento de atividades diária, de vida e escolar, como: suportes (para livros), itens pedagógicos (estabilizador de pressão de lápis ou canetas), além de adaptações estruturais necessárias, tanto em casa, com na escola, pranchas de comunicação, pranchas vocalizadoras com produção de voz), aparelhos adaptados, materiais didáticos.

Percebe-se, portanto, a imensa gama de recursos necessários para proporcionar aos deficientes físicos e portadores de necessidades especiais acessibilidade, autonomia e inclusão, tanto na sociedade como na escola. Tecnologias de baixa e alta complexidade, tecnologias de informação e comunicação. Adaptações de atividades pedagógicas na escola, brinquedos pedagógicos, jogos, material didático, desde lápis a cadeiras e mesas adaptadas e tantos outros recursos que, sem os quais, o professor se sentiria limitado, sem nenhum meio de promover a inclusão do aluno na sala de aula.

Deve-se notar que, de forma limitada, algumas dessas adaptações e recursos estiveram presentes em várias escolas e edifícios públicos. A Constituição Federal (1988) define, no artigo 227, § 2º, que os ambientes devem permitir o acesso aos espaços públicos sem comprometer a acessibilidade: “A lei disporá sobre a construção de locais públicos e a fabricação de transporte público. Para garantir o acesso total às pessoas com deficiências”.

Em conclusão, a Declaração de Salamanca propôs que as escolas deveriam:

Acomodar todas as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagens ou marginalizadas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 3)

As diretrizes nacionais de implantação e implementação do AEE no cenário brasileiro enfatiza continuamente a ideia de apoiar e de superar das barreiras impostas pela deficiência, para que os alunos possam participar efetivamente da prática escolar em que a criança se encontra matriculada.

Há um esforço de superação de antigas práticas e introdução de um novo conceito de apoio pedagógico especializado, pois as salas de recursos, muitas vezes assumiram o papel de “fortalecer a escola”, atuando sobre os limites e dificuldades dos alunos com

deficiência, o que não os impulsionava a acessar novas formas de funcionamento intelectual e, portanto, novas formas de aprendizagem.

Outro avanço na educação seria o PNE (Plano Nacional de Educação, 2014) que o governo federal lançou com o objetivo de ampliar o atendimento educacional especializado para educandos com deficiência de transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados e cursos de formação inicial ou continuada de professores, assim melhorando a acessibilidade nas escolas. Mas apesar desses avanços, ainda existe diversos obstáculos não favoráveis da educação no Brasil. As escolas devem se adaptar às necessidades especiais de diferentes alunos, para que todos seja capaz, de aprender juntos, pois isso é uma ajuda para a formação de todos os estudantes.

A resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, institui as diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica, tendo como eixo principal a educação de alunos com necessidades especiais, sendo organizadas pelo sistema de ensino e formação dos professores capacitados e especializados para o atendimento a necessidades especiais do aluno, assegurando uma educação de qualidade para todos.

Os professores devem implementar diversas estratégias, com adaptações, procedimentos didáticos e práticas pedagógicas que são necessárias para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A escola precisa garantir a acessibilidade física do local para a locomoção dos alunos com necessidades especiais, para isso, devemos contar com o planejamento do Poder Público, pois sem recursos, as escolas não poderão disponibilizar o atendimento a todos de maneira diversificada e com materiais necessários para a devida inclusão.

O processo inclusivo necessita de diversas reflexões a respeito de avanços e possibilidades de aprendizagem. Adaptações são necessárias para almejar uma educação de melhor qualidade a todos, nas instituições educacionais.

Um dos maiores desafios no processo de inclusão na educação, ocorre nas instituições de ensino para que de fato aconteça. A trajetória da educação especial e as exposições teóricas, o processo de inclusão e educação tradicional dentro das escolas, e também as adaptações na instituição de ensino.

A declaração de Salamanca (1994) parte do pressuposto que:

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1).

É sempre um desafio para a escola, pois a escola é que deve se adaptar as dificuldades de seus alunos. Diante dessa realidade as escolas precisam aceitar e observar as inovações e as políticas de inclusão, temos como exemplo, a Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusão (2008), na qual possui objetivos e diretrizes que assim contribuem para a jornada do trabalho educacional do ensino regular e especializado.

A escola de ensino regular deve passar por uma reestruturação de suas práticas, para que permaneça todos, assim buscando através de parcerias com instituições especializadas, assistência social, dentre outros, se tratando de alunos com alguma deficiência. Deste modo, contribuindo no processo de ensinoaprendizagem, cultural e social, de todos os envolvidos.

A Secretaria de Educação Especial do MEC informa que: Os resultados do Censo Escolar da Educação Básica de 2008, mostram que a matrícula em turmas de educação especial em turmas regulares de educação continuada aumentou significamente, a taxa de matrícula passou de 46,8% do total de alunos com deficiência em 2007, para 54% no ano passado.

Segundo os dados apresentados pela Secretaria de Educação Especial, em princípio, a política proposta atingiu seus objetivos. No entanto, é fundamental olhar para dentro da escola e identificar diferentes desafios.

3 A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: A PRÁTICA DO PROFESSOR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental São Tomé está localizada à Rua Nossa Senhora do Bom Remédio s/n, no bairro São Tomé, periferia da cidade de Itaituba, tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Itaituba, administrada pela Secretaria Municipal de Educação.

A escola Municipal de Ensino Fundamental São Tomé funciona em prédio próprio do município, possui uma área cercada em alvenaria, com uma área construída. O prédio é dividido em 5 pavilhões, sendo cinco salas de aula no primeiro pavilhão, a sala de serviço técnico educacional e a sala onde funcionará o laboratório de Ciências.

No segundo pavilhão, a sala de Recursos Multifuncional, onde funciona o Atendimento Educacional Especializado, um banheiro adaptado para pessoas com deficiência; uma sala de aula, sala de leitura, cantina e um depósito. No terceiro pavilhão ficam os banheiros, sendo três destinados ao público masculino e três ao feminino, mais uma sala de banho com três chuveiros para as meninas. Existe ainda um outro depósito neste pavilhão. No quarto pavilhão fica a sala onde funcionava o laboratório de informática, hoje transformado em sala de aula devido a demanda de alunos ter aumentado.

No quinto pavilhão fica a diretoria, secretaria, com um banheiro de uso coletivo e uma sala de arquivo, sala de professores com um banheiro, cozinha, refeitório, dispensa, sala da coordenação do Novo mais Educação; existe ainda uma área coberta entre os pavilhões e uma área recreativa coberta, a escola ainda possui uma área onde se desenvolve o projeto de jardinagem e um espaço destinado à horta escolar.

A referida escola foi fundada no dia 1^a de maio de 1980, sob a administração do Exmo. Sr. Altamiro Raimundo da Silva, prefeito municipal na época. Em 1983 foi ampliada pelo Exmo. Sr. Prefeito municipal Francisco Xavier Lajes de Mendonça. Nos anos 1983 a 1992 esta escola funcionou com apenas 03 (três) salas de aula.

Foi então que na administração do Exmo. Sr. Wirland da Luz Machado Freire, prefeito municipal no período de 1993 a 1996 construiu mais 03 (três) salas de aula. 01 (uma) cozinha e 04 (quatro) banheiros. No período de 2012 a 2018 a escola passou por reforma e ampliação, funcionando hoje em um espaço adequado, com salas de aula climatizadas.

A escola foi fundada com o objetivo de atender a comunidade em geral, principalmente dos bairros situados aos arredores da mesma. No ano de 2021 dispôs de um quadro com 28 funcionários, sendo: 01 Diretora, 01 Secretária, 01 Técnica Educacional, 01 Auxiliar de Secretaria Escolar, 15 professoras, 02 merendeiras, 04 auxiliares de serviços Gerais e 03 vigias. Atendendo a 367 alunos de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, funcionando em 02 turnos – manhã e tarde.

A escola contou ainda com dois assistentes de alfabetização no atendimento de 42 alunos com baixo desempenho escolar, sendo 24 alunos no 1º ano e 18 alunos no 2º

ano; obteve também com o Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncional, no contra turno, a 18 alunos com necessidades educativas especiais.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental São Tomé tem a missão de lutar pela garantia do acesso e permanência do aluno na escola, bem como, proporcionar uma educação de qualidade social, igualitária e compromissada, visando à formação dos cidadãos críticos, reflexivos e atuantes na sociedade. Tendo ainda, o respeito, o compromisso, a solidariedade e o enaltecimento como valores que norteiam nossas ações.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem como base um levantamento bibliográfico feito em obras para contribuir com o referencial teórico necessário para o embasamento da temática trabalhada. Trata-se de um estudo qualitativo, feita uma pesquisa de campo na escola escolhida como objeto de estudo, com a aplicação de questionário para os envolvidos na temática que foi abordada.

A pesquisa bibliográfica teve por base de referências teóricas, publicadas por meios de escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas da web e sites. Os exemplos mais atribuídos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem uma análise das diversas posições acerca de um problema (GIL, 2007). Qualquer trabalho de caráter científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

A pesquisa qualitativa deu-se de acordo com o aprofundamento da compreensão de um grupo social de uma organização. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria (LAKATOS, 2010).

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica ou documental se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisas (LAKATOS, 2010). Nesse contexto científico, a pesquisa possui aspectos teóricos, metodológicos e práticos, reduzindo a influência do empirismo.

A realidade é interpretada a partir de um embasamento teórico, sem pretensão de desvendar integralmente o real e possui um caminho metodológico a percorrer com instrumentos cientificamente apropriados (SEVERIANO, 2007).

E para o levantamento dos dados foram selecionados 10 professores da Escola São Tomé, para contribuir com suas opiniões e experiências sobre o tema. Para a realização dessa pesquisa elaborou-se um cronograma para a aplicação dos questionários e o recebimento dos mesmos, para análise. A coleta de dados ocorreu nos meses janeiro e fevereiro de 2021.

3.3 RESULTADOS E ANALISES

A realização da referida pesquisa originou-se em analisar a inclusão dos alunos com necessidades especiais de uma escola Municipal de Itaituba – Pará. Os profissionais entrevistados desenvolvem a função de professores e que tornaram essa pesquisa acessível, uma vez que todos têm contato com alunos especiais no seu dia a dia de trabalho.

Foi indagado sobre: **O tempo de serviço na educação.** O gráfico a seguir demonstra os dados obtidos nos resultados da pesquisa.

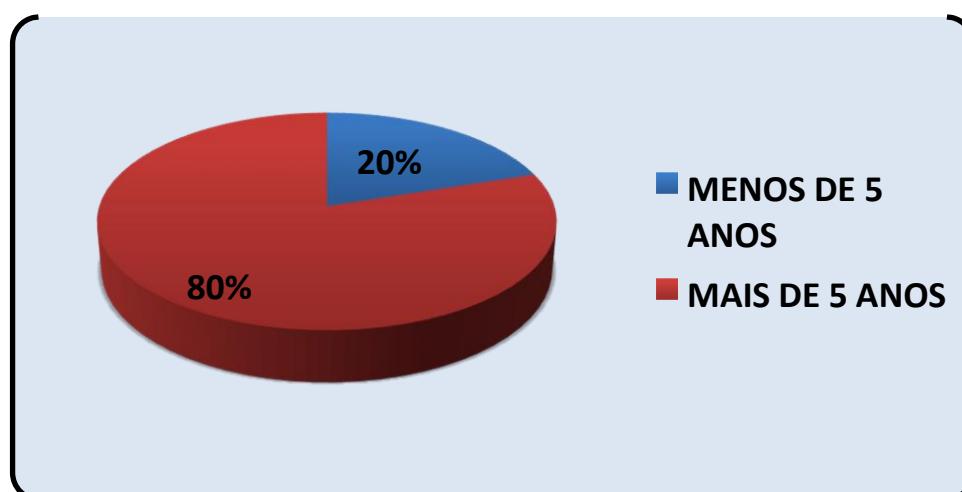


Gráfico 1: O tempo de serviço na educação? Fonte: Professores da Escola São Tomé. (2021)

Com esses dados tivemos a seguinte análise sobre a maioria dos professores serem experientes que sabem os desafios da educação inclusiva, e os que tem menos

de 5 anos acreditam ainda na teoria que aprenderam na academia porem sabemos que na pratica não condiz com a realidade.

Foi perguntado sobre: **A formação dos entrevistados.** O gráfico a seguir demonstra os dados obtidos nos resultados da pesquisa.

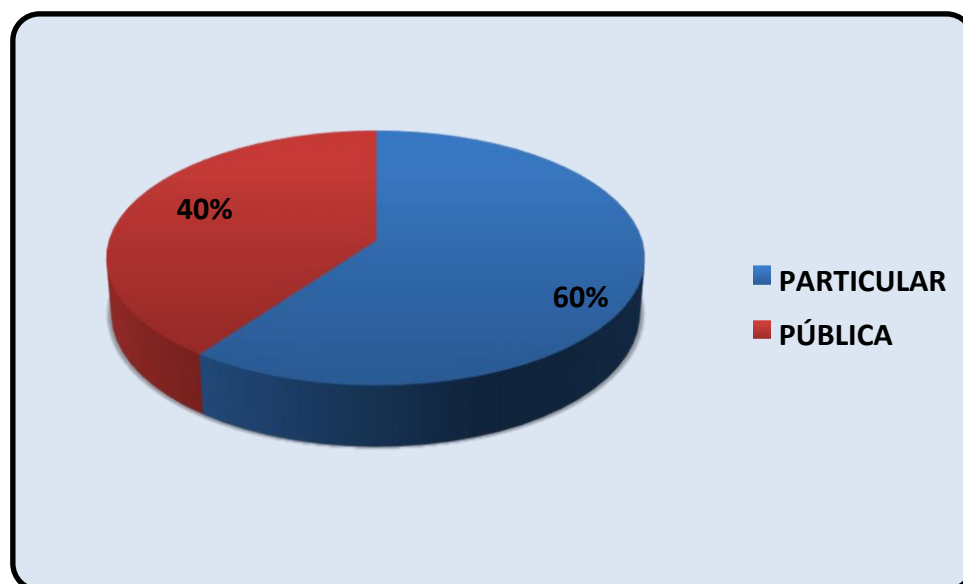


Gráfico 2: Formação? Fonte: Professores da Escola São Tomé. (2021)

Identificou-se nessa categoria que os professores atuantes em sala de aula regular com os alunos com deficiência, cuja maioria tem formação na qual a educação inclusiva já esteja presente na grade curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, desse modo como aponta Lacerda e Santos (2013)

Educação inclusiva não significa apenas ofertar o acesso dos alunos às escolas ou à língua, é necessário a formação profissional específica para se trabalhar com esses alunos, e, também saber lidar com as diferenças de cada aluno e interagir de forma correta com cada um deles. (LACERDA e SANTOS 2013, p. 53)

Os autores destacam a “saber lidar com as diferenças” parte então princípio da equidade que se faz presente na educação inclusiva.

Foi perguntado ainda: **Você possui cursos na área da educação especial?** Todos os entrevistados responderam que **sim**, porem quando a pergunta se refere ao preparo para a pratica inclusiva a maioria dos professores relatam que não estão preparados, talvez a pratica possa frustrar o professor, pois na verdade o professor vai descobrir as habilidades do aluno e esse é um processo demorado até isso ficar evidente já se passou metade do ano letivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/1996) diz que a escola deve assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais currículos, métodos, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades, bem como o documento de terminalidade específica (um certificado de conclusão de escolaridade fundamentado em avaliação pedagógica - com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos alunos com grave deficiência mental ou múltipla) para aqueles que não puderem atingir o nível mínimo exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude da situação de desvantagem.

Foi perguntado sobre: **Alunos com deficiência devem ser matriculados de acordo com sua faixa etária ou com o desenvolvimento intelectual?** O quadro a seguir demonstra os dados obtidos nos resultados da pesquisa.

Quadro 1: Alunos com deficiência devem ser matriculados de acordo com sua faixa etária ou com o desenvolvimento intelectual? Fonte: Professores da Escola São Tomé. (2021)

PROF.	RESPOSTAS
01	No ato da matrícula o pai ou responsável já deve comunicar se o aluno é ou não especial, caso seja, será feita uma avaliação diagnóstica para matricular conforme o desenvolvimento intelectual.
02	Conforme o desenvolvimento intelectual, pois alguns alunos tem o intelectual preservado.
03	De acordo com o desenvolvimento intelectual, tendo em vista que, existem alunos com idades avançada mas o intelectual é bem infantil.
04	De acordo com seu desenvolvimento intelectual, mas para isso deve ser feita uma avaliação diagnóstica.
05	Com o desenvolvimento intelectual
06	De acordo com a faixa etária. O mais importante nesse é que o aluno com deficiência tenha o desenvolvimento escolar garantido.
07	Com o desenvolvimento Intelectual. Pois a interação com os outros alunos será mais fácil, assim ajudando no desenvolvimento escolar.
08	Com o intelectual, o mais importante é o aluno se sentir bem na turma a qual estar frequentando.
09	Devem ser matriculados de acordo com a Lei devem ser obedecidos os seus requisitos avaliativos mediante a sua avaliação diagnóstica, realizada ao longo dos seus estudos.
10	Sem sombras de dúvidas com o desenvolvimento com desenvolvimento intelectual, o aluno vai se desenvolver melhor estando com alunos que pense na mesma análise que ele, sem o risco de se frustrar.

Os P1 P2 P3 P4 P5 P7 P8 P9 P10 deixaram explícito que o aluno deve ser matriculado conforme o seu desenvolvimento intelectual, uma vez que a alguns alunos tem uma certa idade que não condiz com a faixa etária da turma então é feita uma avaliação diagnóstica para ver o perfil do aluno e em que turma ele melhor se encaixa na

escola. O P6 argumenta que deve ser de acordo com a faixa etária desde que não comprometa o desenvolvimento do aluno, é instigante a opinião do P6 pois os alunos com deficiência são assegurados por lei. O P6 defende a ideia de ser com a faixa etária, mas de certa forma está certo sobre garantir o desenvolvimento do aluno que é o principal objetivo da escola. Podemos considerar uma ideia no meio termo uma vez que o P6 fala sobre garantir o desenvolvimento ele não define exatamente **que é meio que obrigatório** à permanência desse aluno com os demais da mesma idade. Porém a lei deixa uma lacuna na qual os alunos podem se adaptar de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Foi perguntado sobre: **Como é avaliada a aprendizagem dos alunos com deficiência?** O gráfico a seguir demonstra os dados obtidos nos resultados da pesquisa.

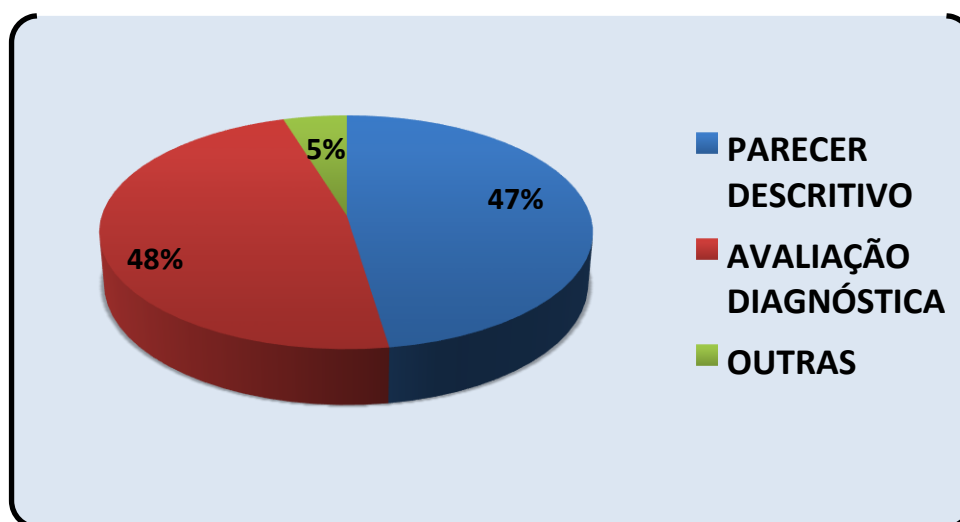


Gráfico 4: Como é avaliada a aprendizagem dos alunos com deficiência?

Fonte: Professores da Escola São Tomé. (2021)

A avaliação segundo os entrevistados deve ser feita pela por parecer e avaliação diagnóstica, de acordo com as potencialidades e os conhecimentos adquiridos pelo aluno.

Assim é possível observar e descreve as habilidades e dificuldades dos alunos com deficiência possibilitando resultados satisfatórios. Sem esquecer de considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas: verifique como ele lida com cálculos, desenho e escrita, por exemplo. A produção escolar, cadernos e exercícios também devem ser levados em conta nas avaliações.

Foi perguntado sobre: **Durante a pandemia, quais foram os desafios dos professores regular da instituição de ensino na qual você trabalha?** O quadro a seguir demonstra os dados obtidos nos resultados da pesquisa.

Quadro 2: Durante a pandemia, quais foram os desafios dos professores regular da instituição de ensino na qual você trabalha? Fonte: Professores da Escola São Tomé. (2021)

PROF.	RESPOSTAS
01	A participação dos pais, devido muitos trabalharem o dia todo e chegar em casa estressados acaba que não tem disponibilidade e nem raciocínio para ajudar nas atividades, outros é porque não tem interesse mesmo.
02	O maior desafio é a participação dos pais na vida escolar dos alunos.
03	Ter a participação da família na aprendizagem e desenvolvimentos dos alunos, a família sempre deixa a desejar no acompanhamento dos seus filhos.
04	Os desafios a cada dia só aumenta essas aulas remotas surpreendeu a todos.
05	Muitos, porém estamos nos adaptando como este novo modelo de ensino, afinal tudo que é novo e desafiador, ainda mais quando se é pega de surpresa.
06	O maior desafio foi a comunicação. Muitos alunos deixaram de fazer atividades por falta de comunicação. Sabemos que ensino a distância é muito difícil.
07	O principal desafio foi fazer com que os pais entendessem a sua importância no desenvolvimento escolar do seu filho.
08	A falta de comunicação entre os professores, pais e aluno. E também a falta de empenho de alguns pais para ajudar no ensino.
09	De modo geral, a dificuldade relatado pela maioria dos pais em acompanhar os seu filhos durante a realização das atividades e por estresse do trabalhando, por ter apenas um aparelho celular e não podem deixar com o filho, para acompanhar as aulas, o problemas da internet e outros.
10	Primeiramente a adaptação dos educadores a esse novo sistema, secundamente a dificuldade de comunicação com os alunos e terceiramente a ajuda dos responsáveis no processo de ensino;

Antes da pandemia, a maior reclamação dos professores sobre o processo de aprendizagem era a participação da família nesse processo, com a pandemia esse aprendizado sobrecarregou os pais devido muito trabalharem propriamente e ficar sem tempo para ajudar nas tarefas o que de fato é um desafio muito grande pois a maioria dos pais tem em media 1 ou 2 aparelhos celulares nos quais usam no cotidiano e quando chegam em casa já estão exausto do trabalhado e estressados, são esses fatores que dificultaram mais ainda a aprendizagem dos alunos pois sem o apoio da família se torna pouco menos o sucesso escolar. E ainda tem os pais que mesmo sem a pandemia já não contribuía para o aprendizado dos seus filhos.

Enfatizo ainda que a escola e a família devem trabalhar em parcerias, pois é de fundamental importância, com a pandemia o percentual de aprendizagem declinou, ou seja, os professores podem até fazer o que não esta ao seu alcance.

Foi indagado: **Você se sente preparado para receber os alunos com necessidades especiais em sala de aula?** O gráfico a seguir demonstra os dados obtidos nos resultados da pesquisa.

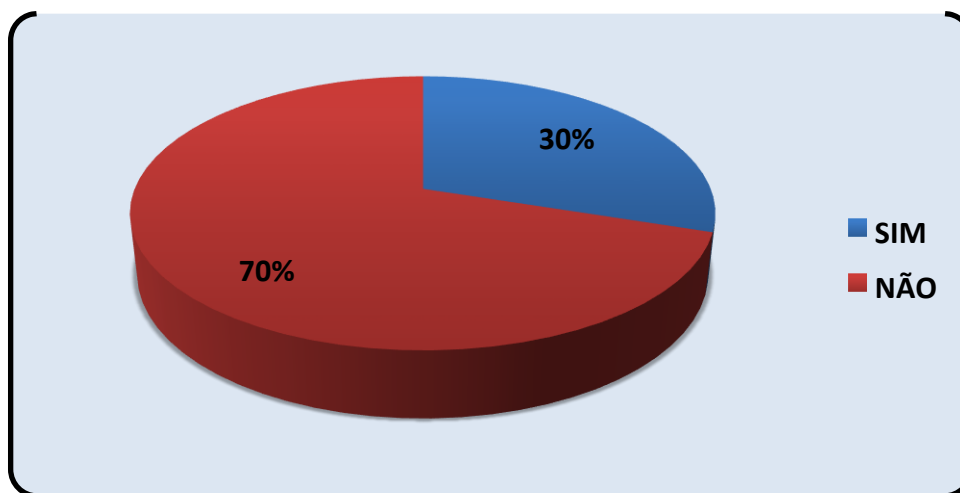


Gráfico 5: Você se sente preparado para receber os alunos com necessidades especiais em sala de aula? Fonte: Professores da Escola São Tomé. (2021)

Dos entrevistados, 70% falaram que não, pois vários fatores contribuem para isso e um deles é a teórica má relacionada a prática, na formação acadêmica muito se vê sobre a teoria, mas quando chega a prática é um verdadeiro desafio igualmente as leis de inclusão que estabelecem o regimento e organização, porém na prática não é de fato executada, outro fator que contribui para isso é a comunicação entre professores, essas relações deveriam ser mais harmoniosa quando se trata de garantir um acesso a educação de qualidade.

Questionou-se aos professores: **Conceitue o assessoramento do setor pedagógico em relação às crianças com necessidades especiais, na elaboração de atividades e recursos pedagógicos.** O gráfico a seguir demonstra

os dados obtidos nos resultados da pesquisa.

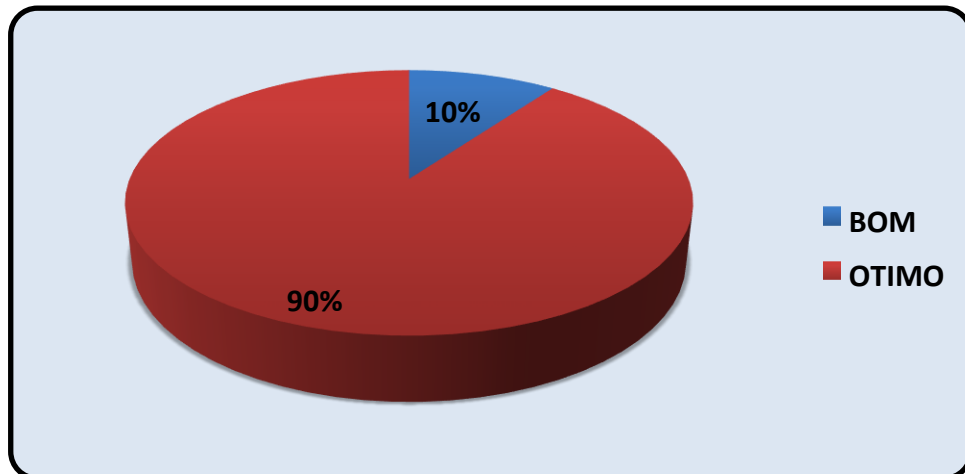


Gráfico 6: Conceitue o assessoramento do setor pedagógico em relação às crianças com necessidades especiais, na elaboração de atividades e recursos pedagógicos. Fonte: Professores da Escola São Tomé. (2021)

Sobre o acompanhamento do setor pedagógico 90% dos professores consideraram como ótimo, sobre as elaborações de atividades e recursos pedagógicos, uma vez que o técnico educacional possibilitou melhorias na prática pedagógica e também na aplicação de recursos tecnológicos que facilitaram a comunicação com os alunos, estabelecendo metas e prioridades que deveriam ser alcançadas, objetivo do sucesso escolar do ano letivo de 2020, porém infelizmente houve casos relatados pelos professores de que alguns alunos não foram alcançados, isso leva a considerar os 10% que qualificaram como bom, sobre a participação do setor pedagógico em relação às crianças com necessidades especiais, vale ressaltar que essas atividades é adaptada conforme as necessidades dos alunos. O professor nessa situação teve que elaborar recursos pedagógicos que pudessem auxiliar para o melhor entendimento do seu conteúdo.

Questionou-se aos professores: **Como você considera sua prática inclusiva diante da pandemia (em relação a adaptação de atividades e aulas remotas).** O gráfico a seguir demonstra os dados obtidos nos resultados da

pesquisa.

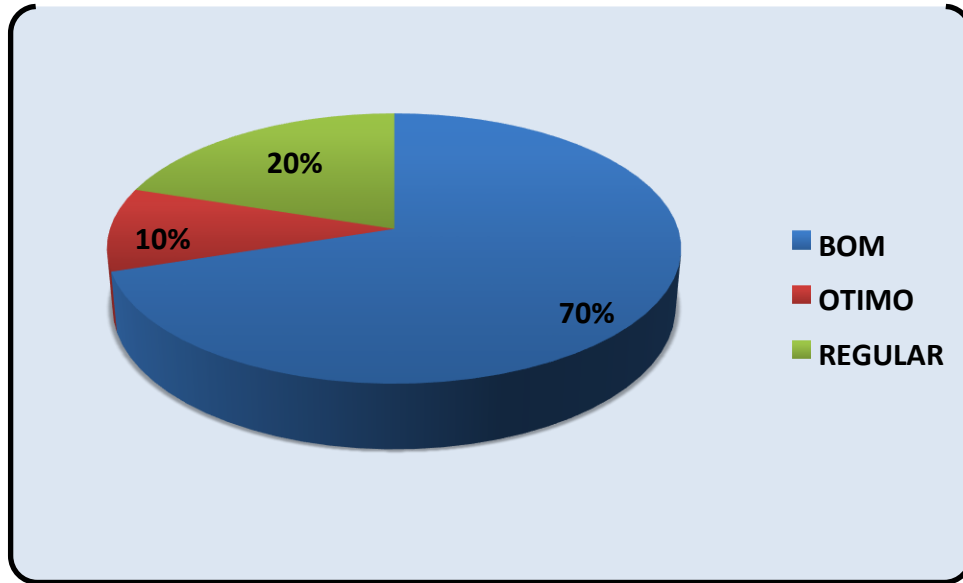


Gráfico 7: Como você considera sua prática inclusiva diante da pandemia (em relação a adaptação de atividades e aulas remotas). Fonte: Professores da Escola São Tomé. (2021)

Os professores consideram a sua prática inclusiva como boa diante da pandemia, pois foi um ano atípico no qual os professores tiveram que se adaptar ao novo método de ensino, vulgo atividades e aulas remotas. 20% dos professores consideraram regular, talvez a experiência de alguns com a nova tecnologia tem ocasionado essa auto avaliação. Os 10% consideraram ótimo que com certeza já tem uma experiência vasta sobre tecnologia e atividades remotas ou experiências na educação do campo, que também pode contribuir para a qualidade do ensino, vale ressaltar também que todos os professores trabalham em conjunto com o técnico educacional, essa figura dentro da escola que supervisiona e orienta todos os professores uma forma melhor de trabalhar com esse novo método de ensino.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou analisar como acontece o processo de inclusão dos alunos com deficiência, em uma Escola Municipal do ensino fundamental na sala de aula regular de Itaituba – Pará. A problemática foi apresentada buscando saber se os alunos eram incluídos na sala de aula e se os professores estão preparados quanto a prática inclusiva na sala de aula regular.

Para abranger as questões propostas, foi realizada uma pesquisa de campo para que fosse possível compreender as práticas pedagógicas no processo de ensino/aprendizagem dos alunos, bem como as políticas públicas criadas especificamente para a educação inclusiva, bem como a aplicação de um questionário que possibilitou obter a visão dos professores e a coleta de informações acerca da atuação dos mesmos diante dos PCNs e práticas inclusivas.

A educação inclusiva é resultado de muitas lutas, cercada de preconceitos, porém só veio ganhar destaque depois de muitas discussões no campo, com abordagem nacional e internacional visando dar atenção especial e promovendo o acesso de todos a educação, e veio se efetivar com as políticas pública de educação inclusiva, como a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência se trata da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência) e tem por objetivo a promoção, em condições de igualdade, do exercício dos direitos e liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, por meio, principalmente, da inclusão social.

Para tanto, o texto legal preocupa-se em apresentar conceitos, obrigações e direitos no tocante à pessoa com deficiência. Dentre os temas abordados está o próprio conceito de pessoa com deficiência, além de termos como acessibilidade, tecnologia assistiva, atendente pessoal, acompanhante, entre outros.

Além disso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência também aborda aspectos penais, com a definição de crimes e infrações administrativas cometidos, com as devidas punições. Considerando os conhecimentos acerca do tema abordado nessa pesquisa, os objetivos específicos contemplaram o referencial teórico e a coleta de dados de modo que foi viável alcançar o objetivo geral do presente estudo.

Portanto identificou-se que as dificuldades encontradas pelos professores para trabalhar com alunos deficientes em sala de aula regular se baseia na presença de cursos de formação, porém na prática já não sabem o que fazer diante dos resultados, em

relação a essa pesquisa foi possível explicar alguns pontos bastante relevantes e fazer a reflexão acerca dos mesmos.

Desse modo, onde não tramita efetivamente o diálogo, não se pode dizer que está havendo inclusão de fato, nessa pandemia a qual ainda estamos passando, os alunos tiveram um baixo rendimento principalmente pelo fato da mudança de rotina o que é negativo para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Assim podemos concluir a partir dos pontos destacados traz a resposta a problemática levantada nessa pesquisa. Tal resposta se configura em que alguns professores tem grandes anseios e desejo de contribuir de uma maneira satisfatória para o ensino/aprendizagem dos alunos que estão frequentando a sala de aula regular, porém o que impossibilita esse processo de fluir adequadamente é a falta de oficinas para contribuir na prática.

Portanto, acreditamos que essa pesquisa tenha contribuído acerca dos avanços na educação inclusiva no Brasil, bem como sua inclusão no ensino regular, de modo que tenha despertado um olhar sensível para a valorização desse sujeito histórico, buscando assim difundir seus direitos perante a sociedade, seus ideais de ser humano e ser cultural.

Acreditamos que essa pesquisa não tem o seu final aqui, pois evidenciamos na mesma só algumas dúvidas que se converteram em problemas, e tornaram-se em respostas, e a partir das mesmas podem se tornar objetos de outros estudos, já que o conhecimento não é progressivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

BRASIL, Constituição Brasileira de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

BRASIL. MEC/SEESP. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria da Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 16 de dezembro de 2020.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 17/02/2021.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em 21 de janeiro de 2021.

BRASIL. **Educação inclusiva**: v. 3: A escola. Coordenação Geral: SEESP/M. QEC. Organização: Maria Salete F. Aranha. Brasília: MEC/ SEESP, 2004.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

CARVALHO, E. N. S. de & MACIEL, D. M. M. de A. **Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation: AAMR: sistema 2002**. In: Revista Temas de Psicologia da SBP. v. 11, nº 2, p. 147-156, 2003.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HANSEL, Ana Flávia; ZYCH, Anizia Costa; GODOY, Miriam Adalgisa Bedim. **Fundamentos da Educação Inclusiva**. UNICENTRO Paraná 2014.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa de Orçamento Familiares: Antropometria e Estado Nutricional de crianças e adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro. 2010.

LACERDA, C. B. F; SANTOS, L.F. **Tenho um aluno surdo. E agora?: Introdução à Libras e educação de surdos**. São Carlos: EdUFScar, 2013.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. - 7ª Ed.- 5. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010. 225p.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

MAZZOTA. M.J.S. **Direito do portador de deficiência à educação**. Integração, Brasília, p. 11. 1994,

NOVA Escola. São Paulo, set. 2008. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br>.

PIETRO, Rosangela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contra pontos**. Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosangela Gavioli Pietro; Valeria Amorim Arantes, organizadora. São Paulo: Summus, 2006.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente**, Elisandra André MARANHE in: praticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental/ Vera Lucia Messias Filho Capellini (org). – Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WEISS, Alba Maria Lemme. E CRUZ, Mara Monteiro da. **Compreendendo os Alunos com Dificuldades e Distúrbios de Aprendizagem**. IN GLAT, Rosana. Educação Inclusiva e Cotidiano Escolar. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007, cap. 4, p.88.

ZINO, Carlos Nogueira. **Vygotsky e a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP): três implicações pedagógicas**. Disponível em: ->. Acesso em: 21 fev. 2021.

FACULDADE DE ITAITUBA – FAI

ACADEMICAS: ANNA JULIA DE SOUZA PALLASS
LARISSA SUYAMMY OLIVEIRA MENDES

TEMA: **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS:** A prática do professor da rede pública de ensino em tempos de pandemia.

**QUESTIONÁRIO PARA APLICAÇÃO AOS DOCENTES DA ESCOLA DE ENSINO
REGULAR**

1. Função:

() Professor () Técnico Educacional () Gestor Educacional ()
Outros _____

2. Tempo de serviço:

() mais de 1 ano () menos de 5 anos () mais de 5 anos

3. Formação:

() Pública () Particular

4. Você possui cursos na área da educação especial?

() Sim () Não

5. Na sua concepção, os parâmetros curriculares nacionais junto a sua prática, promove a inclusão na escola?

() Sim () Não

6. Alunos com deficiência devem ser matriculados de acordo com a faixa etária ou com o desenvolvimento intelectual? Comente.

Como é avaliada as aprendizagens dos alunos com deficiência?

() Notas () Avaliação diagnostica
() Parecer descritivo () Outras

7. Durante a pandemia, quais foram os desafios dos professores regular da instituição de ensino na qual você trabalha?

8. Você se sente preparado para receber os alunos com necessidades especiais em sala de aula?

() Sim () Não

9. Conceitue o assessoramento do setor pedagógico em relação as crianças com necessidades especiais, na elaboração de atividades e recursos pedagógicos.

(☐) Bom (☐) Ótimo (☐) Regular

10. Como você considera sua pratica inclusiva diante da pandemia (em relação a adaptação de atividades e aulas remotas).

(☐) Bom (☐) Ótimo (☐) Regular

Anna Julia de Souza Pallass
Larissa Suyammy Oliveira Mendes

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS: A prática docente em uma escola de ensino fundamental em Itaituba- Pará, em tempos de pandemia. Anna Julia de Souza Pallass; Larissa Suyammy Oliveira Mendes. Itaituba: FAI, 2021.

52 f. : il.

Orientador: Dhemesbraene Soares da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) Graduação em Pedagogia – Faculdade de Itaituba, 2021.

1. Inclusão. 2. Educação Especial. I. SILVA, Dhemesbraene Soares da. II. Faculdade de Itaituba, BR-PA, 2021.